

O campo político

Philippe Fritsch: Cabe-me introduzir a conferência de Pierre Bourdieu.¹ Trata-se de uma incumbência um pouco difícil, mas ao mesmo tempo de uma grande honra. Nada direi sobre essa honra, mas direi algumas palavras sobre a delicadeza da tarefa. Dizer muito pouco seria indigno da situação e de nosso convidado. Dizer demais seria, se não tomar seu lugar, pelo menos fazê-lo perder tempo de sua fala e torná-los um pouco mais impacientes do que já estão.

Direi apenas algumas palavras sobre o objeto desta conferência tal como o pude compreender, mas sobretudo sobre suas condições de enunciação. Estas nos levam a alguns meses atrás, quando Pierre Bourdieu foi convidado para esta grande conferência. Foi preciso que ele desse um título. Pois bem, entre o momento em que o título foi dado e o momento da conferência, presumo que, para ele como para muitos dentre nós, muita água passou sob as pontes. Surgiram novas preocupações, impuseram-se [outros] objetos de pesquisa e talvez os investimentos se tenham deslocado para outra coisa. Ao mesmo tempo, o que direi em seguida compensa o que acabo de dizer: “O campo político”, o título que ele deu a esta conferência nos remete a uma preocupação muito antiga em Pierre Bourdieu. Como seu leitor atento, recordo-me que desde 1977 ele havia colocado essa questão e se perguntava

¹ Grandes Conferências de Lyon, Universidade Lumière-Lyon 2, quinta-feira, 11 de fevereiro de 1999. Do original “Conférence: le champ politique”, publicado no livro *Propos sur le champ politique*. Direitos autorais concedidos pela Presses Universitaires de Lyon. Traduzido por André Villalobos.

como pensar não politicamente a política, mas pensá-la de outra forma, pensá-la sociologicamente. Essa é uma boa introdução para a conferência desta noite. Não direi mais que isso.

Pierre Bourdieu: Agradeço suas palavras de boas vindas e agradeço especialmente a Philippe Fritsch pelo que acaba de dizer sobre as condições de enunciação. De fato, muito tempo transcorreu entre o momento em que eu havia proposto esse tema e o momento em que nos encontramos agora, e temo que o problema esteja um pouco menos presente para mim do que o estava há alguns meses.

Por outro lado, e será um alívio dizê-lo, tenho muito receio de decepcioná-los esta noite, em parte pelas razões mencionadas por Philippe Fritsch. O problema que irei tratar não está exatamente no centro de minhas preocupações atuais e não estou seguro de que lhes apresentarei uma exposição tão elaborada e coerente como poderia ter feito em outro momento. Solicito, pois, sua indulgência.

Por que falar de campo político? O que isso acrescenta do ponto de vista da compreensão da política? Seria isso sobrepor à realidade do mundo político um conceito aparentemente muito próximo da intuição ordinária e de noções de que nos armamos espontaneamente para compreender o mundo político? Fala-se frequentemente de arena política, de jogo político, de lutas políticas...

A noção de campo político tem muitas vantagens: ela permite construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político. Ela permite, em seguida, comparar essa realidade construída com outras realidades como o campo religioso, o campo artístico... e, como todos sabem, nas ciências sociais, a comparação é um dos instrumentos mais eficazes, ao mesmo tempo de construção e de análise. Durkheim dizia que “a sociologia é o método comparativo”. Grandes historiadores fizeram eco dessa proposição e esforçaram-se por fazer do método comparativo o instrumento de conhecimento por excelência. Por fim, penso que é uma noção que possui virtudes negativas, o que é uma propriedade dos bons conceitos (que valem tanto pelos falsos problemas que eles eliminam como pelos problemas que permitem construir). Eis as três razões pelas quais a noção de campo me parece útil.

Procurarei proceder de maneira progressiva, pedagogicamente. Falar de campo político é dizer que o campo político (e por uma vez citarei Raymond

Barre) é um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social. Nele se encontrará um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular. É isso o que está contido na noção de autonomia: um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social.

Autônomo, segundo a etimologia, significa que tem sua própria lei, seu próprio *nomos*, que tem em si próprio o princípio e a regra de seu funcionamento. É um universo no qual operam critérios de avaliação que lhe são próprios e que não teriam validade no microcosmo vizinho. Um universo que obedece a suas próprias leis, que são diferentes das leis do mundo social ordinário. Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão é o fracasso ou a exclusão. Trata-se, portanto, de uma lei específica e que constitui um princípio de avaliação e eventualmente de exclusão. Um índice, o escândalo: quem entra para a política se compromete tacitamente a eximir-se de certos atos incompatíveis com sua dignidade, sob pena de escândalo.

Esse microcosmo é também separado do resto do mundo. Como o campo religioso, o campo político repousa sobre uma separação entre os profissionais e os profanos. No campo religioso, há os laicos e os clérigos. Não existe sempre um campo político (simplesmente enuncio esta proposição, sem argumentar a propósito). Há uma gênese do campo político, uma história social do nascimento do campo político. Coisas que nos parecem evidentes (por exemplo, o voto por maioria) foram o produto de invenções históricas extremamente longas. Essas coisas que parecem ter existido eternamente são frequentemente de invenção recente. A cabine de votação, por exemplo, é uma invenção do século XIX, que está ligada a uma conjuntura histórica. Há belos trabalhos históricos sobre essas questões.

Quais são os fundamentos da fronteira, muitas vezes invisível, entre os profissionais e os profanos? Na tradição da sociologia política, alguns sociólogos do início do século XX, que classificamos na categoria de neomaquiavelistas e que trabalham principalmente sobre os partidos socialistas alemães e italianos – Michels, para a Alemanha, e Mosca, para a Itália –, desenvolveram a ideia de que havia leis de bronze [sic] dos aparelhos políticos; isto é, que havia nos

aparelhos políticos, inclusive nos partidos democráticos ou nos sindicatos representativos dos trabalhadores, uma certa tendência à concentração do poder nas mãos de um pequeno número, de uma oligarquia. É uma visão bastante pessimista da história, que equivale a dizer que há sempre dominantes e dominados, até mesmo nos partidos que se presume expressarem as forças supostamente voltadas para libertar os dominados. Para contrapor-se a essa visão pessimista, é suficiente levar em conta a distribuição estatisticamente observável dos meios de acesso ao microcosmo político. Isso é algo que se sabe suficientemente bem por meio da análise estatística do uso do voto ou da propensão a votar, ou da distribuição estatística da propensão a responder, por exemplo, a uma questão de opinião política, notadamente em uma sondagem. Sabe-se que essas propensões, essas aptidões, essas capacidades são muito desigualmente distribuídas, não por natureza (não há pessoas que estariam dispostas a fazer uso dos poderes políticos ou dos direitos de cidadania, e outras que, por natureza, seriam desprovidas de semelhante disposição), mas porque existem condições sociais de acesso à política. Sabe-se, por exemplo, que no estado atual da divisão do trabalho entre os sexos as mulheres têm uma propensão muito menor do que os homens a responder às questões políticas. Da mesma forma, as pessoas pouco instruídas têm uma propensão muito mais fraca do que as instruídas, assim como as pessoas pobres têm uma propensão muito mais fraca... Se bem que (e esta é uma observação *en passant*, mas extremamente importante) as democracias modernas, e em particular a democracia americana que sempre se dá como exemplo, se apoiam em um mecanismo censitário oculto. Quando mais de 50% dos cidadãos não votam, isso coloca problemas para a democracia, sobretudo quando esses 50% não se distribuem ao acaso, mas são recrutados preferencialmente entre os mais despossuídos econômica e culturalmente. Essa constatação da capacidade desigual de acesso ao campo político é extremamente importante para evitar naturalizar as desigualdades políticas (uma das grandes tarefas permanentes da sociologia é a de recolocar a história no princípio de diferenças que, espontaneamente, são tratadas como diferenças naturais). Há, portanto, condições sociais de possibilidade de acesso a esse microcosmo, como, por exemplo, o tempo livre: a primeira acumulação de capital político é característica de pessoas dotadas de um excedente econômico que lhes possibilita subtrair-se às atividades produtivas, o que lhes permite colocar-se na posição de portavoz. Além do tempo livre, há este outro fator que é a educação.

Tendo dito isso, o que fiz foi apenas relembrar as condições sociais do funcionamento do campo político como um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos. É importante saber que o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapossamento. Quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais tendem a ver os profanos com uma espécie de comisseração. Para que fique claro que não estou fazendo pura especulação, evocarei simplesmente o uso que certos políticos fazem da acusação de irresponsabilidade lançada contra os profanos que desejam se meter com a política: com dificuldade para suportar a intrusão dos profanos no círculo sagrado dos políticos, eles os chamam à ordem do mesmo modo que os clérigos lembravam aos leigos sua ilegitimidade. No momento da Reforma, por exemplo, um dos problemas decorria das mulheres quererem officiar missa ou dar extrema-unção. Os clérigos defendiam o que Max Weber chama de seu “monopólio da manipulação legítima dos bens de salvação” – fórmula magnífica – e denunciavam o exercício ilegal da religião. Quando se diz a um simples cidadão que ele é politicamente irresponsável, se o está acusando de exercício ilegal da política. Uma das virtudes desses irresponsáveis – entre os quais me incluo – é a de evidenciar um pressuposto tácito da ordem política, a saber, que dela estão excluídos os profanos. A candidatura de Coluche não foi mais do que um desses atos irresponsáveis. Eu lembro que Coluche não foi verdadeiramente candidato, mas dizia ser candidato à candidatura para lembrar que qualquer pessoa podia candidatar-se. Todo o campo midiático-político se mobilizou, para além de todas as diferenças, para condenar essa barbárie radical que consistia em por em questão o pressuposto fundamental, a saber, que só os políticos podem falar de política. Só os políticos têm competência (uma palavra muito importante, simultaneamente técnica e jurídica) para falar de política. Cabe a eles falar de política. Eis uma proposição tácita que está inscrita na existência do campo político.

Quando evoco essa repulsa geral, esse consenso na condenação, faço-o para mostrar que o pertencer ao campo assenta-se em uma crença que ultrapassa as oposições constitutivas das lutas que nele se travam. Para estar em desacordo sobre uma fórmula política, é preciso estar de acordo sobre o terreno de desacordo. Para estar em desacordo sobre uma proposição sociológica, é preciso estar de acordo sobre o terreno de desacordo. “Que ninguém

entre aqui [no domínio da geometria] se não for geômetra”, se não aceitar o jogo da geometria. É preciso preliminarmente um acordo sobre o que torna possível o desacordo, isto é, um acordo de que a política é importante, que somente os políticos podem fazer política, que somente os políticos têm competência para fazer política... Quando digo postulado, já estou falseando a realidade: trata-se de teses tácitas, ao passo que o postulado demanda explicitamente o direito de dizer alguma coisa. Um dos grandes problemas no que diz respeito aos campos, mesmo os mais sofisticados como o campo matemático (os matemáticos são os que mais procuram reduzir o implícito no fato de existir como campo), é o da axiomatização, que é um esforço para tornar explícitas as tautologias fundamentais sobre as quais repousa um campo. Em sua maioria, os campos, religioso, literário..., repousam sobre pressupostos tácitos aceitos por todos: do gênero “arte é arte”, “política é política”, etc. É algo que os profanos às vezes intuem. Eles mantêm uma desconfiança em relação à delegação política, desconfiança que se baseia nesse sentimento de que as pessoas que jogam esse jogo que chamamos de política têm entre si uma espécie de cumplicidade fundamental, prévia a seu desacordo. Podemos mesmo dizer que, em decorrência de pertencerem ao campo, elas têm interesses em sua perpetuação, e esses interesses podem ser apresentados como a expressão dos interesses dos cidadãos que lhes deram a delegação para representá-los.

Em outras palavras, não é sem fundamento que há uma suspeita originária em relação aos políticos, uma suspeita que é imediatamente denunciada como pujadista ou populista, segundo a época. Uma das virtudes da noção de campo é a de tornar inteligível o fato de que certo número de ações realizadas pelas pessoas que estão nesse jogo, que eu chamo de campo político, têm seu princípio no campo político. Dizer “Eu trabalho em vosso favor” (*“Je roule pour vous”*) dizia um cartaz de 81, a que os outros respondiam “Ele vos trabalha!” [*“Il vous roule!”*]), equivale a dizer que eu sou seu porta-voz e não tenho interesse expressivo próprio, que não tenho nada a dizer a não ser o que você diria se estivesse no meu lugar, em posição de se expressar. Ao contrário, dizer que há um campo político é lembrar que as pessoas que aí se encontram podem dizer ou fazer coisas que são determinadas não pela relação direta com os eleitores, mas pela relação com os outros membros do campo. Ele diz o que diz – por exemplo, uma tomada de posição a propósito da segurança ou da delinquência... – não para responder às expectativas da

população em geral, ou mesmo da categoria que lhe deu voz, que o designou como mandatário, mas por referência ao que outros no campo dizem ou não dizem, fazem ou não fazem, para diferenciar-se ou, ao contrário, apropriar-se de posições que possam ameaçar a aparência de representação que ele possa ter. Dito de outra forma, a noção de campo relativamente autônomo obriga a colocar a questão do princípio das ações políticas e obriga a dizer que, se queremos compreender o que faz um político, é por certo preciso buscar saber qual é sua base eleitoral, sua origem social..., mas é preciso não esquecer de pesquisar a posição que ele ocupa no microcosmo e que explica uma boa parte do que ele faz. Há casos em que isso é evidente, como, por exemplo, as correntes do PS [Partido Socialista] ou os conflitos Chirac-Balladur, para tomar exemplos já um tanto históricos. É bem claro que se trata de casos em que o princípio da tomada de posição está ligado à ocupação de uma posição em um espaço de posições que é precisamente o campo político.

Assim, o fato de o campo político ser autônomo e ter sua lógica própria, lógica que está no princípio dos posicionamentos daqueles que nele estão envolvidos, implica que existe um interesse político específico, não automaticamente redutível aos interesses dos outorgantes do mandato. Há interesses que se definem na relação com as pessoas do mesmo partido ou contra as pessoas dos outros partidos. O funcionamento do campo produz uma espécie de fechamento. Esse efeito observável é o resultado de um processo: quanto mais um espaço político se autonomiza, mais avança segundo sua lógica própria, mais tende a funcionar em conformidade com os interesses inerentes ao campo, mais cresce a separação com relação aos profanos.

Um dos fatores dessa evolução no sentido de uma autonomia crescente e, portanto, de uma separação crescente, é o fato de que o campo político é o lugar de produção e operação de uma *competência específica*, de um sentido do jogo próprio de cada campo. Uma das condições tácitas de legitimidade para o ingresso, por exemplo, no campo artístico tal como este se apresenta na França após os Impressionistas, é o conhecimento de certo número de coisas como evidentes, sem necessidade de explicações. Quem não as conhece é o “Douanier” Rousseau, o pintor *naïf*, que não sabe o que é ser pintor, que é uma espécie de pintor-objeto. Seus “amigos”, Apollinaire, Picasso, zombam dele, tratam-no como um pintor, mas de maneira farsesca, em tom de blague ou de ironia. Ele é como um cão em um jogo de boliche, um jogo de que ele não conhece os pressupostos tácitos. Há admiráveis trabalhos em curso

sobre a socialização dos jovens políticos, em nível do Conselho Geral [*Conseil Général*],² por exemplo. É um estágio importante, um dos momentos em que se sai da política do lugarejo. O político local, de base, pode ser “natural” nos pequenos povoados ou nas cidades pequenas; pode contentar-se com uma competência política elementar, na medida em que se trata de conhecer bem seus cidadãos e de ser “bem visto” por eles. Quando se passa no nível do Conselho Geral, de uma assembleia departamental, o pertencimento a partido começa a ter um papel e os mais antigos socializam os mais novos, ensinando-os a não reagir de maneira inflexível com uma simples política espontânea, política essa que não é uma política no sentido do campo político. Com bons sentimentos, faz-se má política. É preciso aprender a usar de evasivas ou subterfúgios, aprender os artifícios, as relações de forças, como tratar os adversários... Essa cultura específica deve ser dominada de forma prática. Não se trata apenas de uma cultura acadêmica, mas de uma cultura que, por um lado, é cultivada e se aprende em parte na *Sciences Po* [Instituto de Estudos Políticos de Paris], sobretudo atualmente, mas também na prática, através das confrontações... Por exemplo, a forma mais erudita dessa cultura é o direito constitucional. Há momentos em que, se você não possui um mínimo de cultura em direito constitucional, você fica excluído de toda uma série de debates. Mais profundamente, o que é importante é o aprendizado de todos esses saberes e de todas essas habilidades que lhe possibilitam comportar-se normalmente, isto é, politicamente, em um campo político, que lhe abrem a possibilidade de participar no que habitualmente se chama de “a política politiqueira”. Essa percepção do jogo político é o que faz com que se possa negociar um compromisso, que se silencie a respeito de algo que habitualmente se diria, que se saiba proteger discretamente os amigos, que se saiba falar aos jornalistas...

Tudo isso contribui também para o fechamento do campo e para o fato de que ele tenda a girar no vazio. Se abandonado a sua lógica própria, ele funcionaria em última instância como um campo artístico muito avançado onde não há mais público, como a poesia ou o universo da pintura de vanguarda (na inauguração de suas exposições, os pintores dizem que só seus próprios pares são seu público). Esse fechamento é um índice muito significativo da autonomia de um campo. No campo das matemáticas, que

² O *Conseil Général* é o órgão legislativo do Departamento, a unidade político-administrativa intermediária entre o nível municipal e o nível nacional. (N do T)

é sem dúvida o mais autônomo dos campos, os praticantes só se relacionam com seus pares e competidores. (Entre parênteses, deve-se dizer que é isso o que faz com que as matemáticas progridam, pois, quando você só tem relacionamento com seus competidores, você está sob forte vigilância e está obrigado a refinar suas demonstrações).

Por razões evidentes, o campo político não pode chegar a esses extremos: os que estão envolvidos nesse jogo não podem jogar entre si sem fazer referência àqueles em nome de quem se expressam e perante os quais devem prestar contas, mais ou menos ficticiamente, de tempos em tempos. Os jogos internos encontram aí o seu limite. O que mais se aproxima do campo político é o campo religioso: nesse caso também, uma parte muito importante do que nele ocorre é efeito de relações internas. Foi isso que, sem a noção de campo, Max Weber descreveu muito bem; as relações entre o padre, o profeta e o feiticeiro são determinantes do essencial daquilo que se passa no campo religioso. O padre excomunga o profeta, o profeta desrotiniza a mensagem do clero... Passam-se inúmeras coisas entre eles, mas sob a arbitragem dos leigos, que podem ou não seguir um profeta, desertar as igrejas ou continuar a frequentá-las. Nesse sentido, o campo religioso se assemelha bastante ao campo político, o qual, apesar de sua tendência ao fechamento, permanece submetido ao veredito dos leigos.

Um campo é um campo de forças, e um campo de lutas para transformar as relações de forças. Em um campo como o campo político ou o campo religioso, ou qualquer outro campo, as condutas dos agentes são determinadas por sua posição na estrutura da relação de forças característica desse campo no momento considerado. Isso coloca uma questão: qual é a definição da força? Em que consiste ela e como é possível transformar essas relações de forças? Outra questão importante: quais são os limites do campo político?

Eu disse, no momento adequado, que se tratava de um campo autônomo, de um microcosmo separado no interior do mundo social. Uma das transformações mais importantes da política, de uns vinte anos para cá, está ligada ao fato de que agentes que podiam considerar-se, ou ser considerados, como espectadores do campo político, tornaram-se agentes em primeira pessoa. Quero referir-me aos jornalistas e, especialmente, aos jornalistas de televisão e, também, aos especialistas em pesquisa de opinião. Para descrever o campo político atualmente, é preciso incluir essas categorias de agentes, pela simples razão de que eles produzem efeitos nesse campo. Perguntam-me frequente-

mente o que me faz reconhecer que uma instituição ou um agente faz parte de um campo. A resposta é simples: reconhece-se a presença ou existência de um agente em um campo pelo fato de que ele transforma o estado do campo (ou que, se o retiramos, as coisas se modificam significativamente). O *Front National*, por exemplo, tornou-se um agente do campo político na medida em que, pouco a pouco, impôs a todos os outros porta-vozes políticos, institucionais ou individuais, a referência se não ao próprio FN, pelo menos aos problemas que se acredita que ele tenha tentado impor no campo político. A presença do FN substituiu a oposição entre ricos e pobres pela oposição entre nacionais e estrangeiros, a qual, notadamente sob a influência do campo político, se tornou tão importante na consciência política comum. Infelizmente, seria fácil mostrar que não existem mais partidos que não se definam por relação a essa referência, essa dicotomia, esse *princípio de divisão* que foi imposto e importado ao campo político.

Acredito, e se trata de uma proposição muito geral, que em todo campo se põe a questão dos limites do campo, do pertencimento ou não pertencimento ao campo. Em um campo de sociólogos, coloca-se a questão de saber quem é sociólogo e quem não o é, e ao mesmo tempo a de quem tem o direito de se dizer sociólogo e quem não o tem (ou, em um campo de matemáticos, quem é matemático e quem não o é).

Quanto mais um campo é autônomo e instalado em sua autonomia, mais essa questão do fundamento último do campo é ocultada, esquecida, mas pode ocorrer uma revolução científica que recoloca as fronteiras em questão, o que Kuhn chama de “mudanças de paradigmas”. São situações nas quais novos ingressantes mudam de tal maneira os princípios de pertencimento ao campo que pessoas que antes faziam parte dele agora já não fazem mais, são desqualificadas, e pessoas que dele não faziam parte agora fazem. Pode-se dar um exemplo histórico, o da revolução impressionista (a revolução operada por Manet). É uma revolução dos princípios de visão e de divisão, uma revolução dos princípios segundo os quais é legítimo representar o mundo visível: os detentores da norma, do *nomos*, da lei fundamental, encontram-se bruscamente desqualificados, ao passo que os heréticos, ao contrário, são consagrados, canonizados.

Vê-se, pois, que o campo político tem uma particularidade: nunca pode se autonomizar completamente; está incessantemente referido a sua clientela, aos leigos, e estes têm de alguma forma a última palavra nas lutas

entre os clérigos, entre os membros do campo. Por quê? O que faz com que a política não seja poesia, que o campo político não seja como o poético, é o fato de que o que está principalmente em jogo nas lutas simbólicas e políticas sobre o *nomos* (*nomos* vem do verbo *némo*, que significa operar uma divisão, uma partilha; comumente o termo é traduzido por “a lei”, mas significa também, mais precisamente, o que chamo de princípio de visão e de divisão fundamental, que é característico de cada campo) são a enunciação e a imposição dos “bons” princípios de visão e de divisão. No campo político, se eu disser que a divisão principal é a divisão entre ricos e pobres, obterei uma determinada estrutura social. Se disser que a principal é a divisão entre franceses e estrangeiros, obterei uma estrutura inteiramente diferente. Em outras palavras, os princípios de divisão não têm nada de fortuito. Eles são constitutivos dos grupos e, portanto, das forças sociais. A política é uma luta em prol de ideias, mas um tipo de ideias absolutamente particular, a saber, as ideias-força, ideias que dão força ao funcionar como força de mobilização. Se o princípio de divisão que eu proponho for reconhecido por todos, se meu *nomos* se tornar o *nomos* universal, se todos virem o mundo como eu o vejo, terei atrás de mim toda a força das pessoas que compartilham minha visão. “Proletários de todos os países, uni-vos!” é uma declaração política que quer dizer que o princípio de divisão nacional não é muito importante em relação ao princípio internacional que opõe transnacionalmente ricos e pobres.

As lutas políticas são lutas entre responsáveis políticos, mas nessas lutas os adversários, que competem pelo monopólio da manipulação legítima dos bens políticos, têm um objeto comum em disputa, o poder sobre o Estado (que em certa medida põe fim à luta política, visto que as verdades de Estado são verdades transpolíticas, pelo menos oficialmente). As lutas pelo monopólio do princípio legítimo de visão e de divisão do mundo social opõem pessoas dotadas de poderes desiguais. Pode-se dizer que em cada campo opera um tipo de poder. Entre os matemáticos, trata-se do capital matemático: há pessoas que, em virtude de suas realizações anteriores, de suas invenções (inventaram teoremas que levam seus nomes), têm um capital específico que não seria operante na Assembleia Nacional ou na Bolsa de Valores, mas que é muito poderoso em uma assembleia de matemáticos. Cada espécie particular de capital está ligada a um campo e tem os mesmos limites de validade e de eficácia que o campo no interior do qual tem curso. Toda tentativa de impô-la para além desses limites é uma forma de tirania,

no sentido de Pascal. Não é raro, por exemplo, que os políticos queiram agir diretamente sobre o campo literário. Eles criam academias sem ver que há uma lei fundamental de um campo autônomo que diz que só podem agir sobre ele as forças que ele reconhece, que são conformes ao seu *nomos*. Mais vale ser publicado pelas *Éditions de Minuit* do que estar na Academia Francesa. Quando você é Presidente da República, não pode outorgar diplomas de excelência literária (conquanto todos eles procurem fazê-lo, sobretudo quando se acreditam escritores, como certos de nossos falecidos presidentes).

Há, no campo político, lutas simbólicas nas quais os adversários dispõem de armas desiguais, de capitais desiguais, de poderes simbólicos desiguais. O poder político é peculiar no sentido de se parecer com o capital literário: trata-se de um capital de reputação, ligado à notoriedade, ao fato de ser conhecido e reconhecido, *notável*. Daí o papel muito importante da televisão, que introduziu algo extraordinário, pois as pessoas que só eram conhecidas pelas reuniões eleitorais nos pátios das escolas não têm mais nada a ver com esses subministros que, suficientemente poderosos em seus partidos para aparecerem na televisão, têm seus rostos conhecidos por todo mundo. O capital político é, portanto, uma espécie de capital de reputação, um capital simbólico ligado à maneira de ser conhecido.

À medida que o campo político avança na história e que, notadamente com o desenvolvimento dos partidos, se institucionalizam os papéis, as tarefas políticas, a divisão do trabalho político, aparece um fenômeno muito importante: o capital político de um agente político dependerá primeiramente do peso político de seu partido e do peso que a pessoa considerada tem dentro de seu partido. Nós não damos suficiente importância a essa noção extraordinária de *investidura*. Atualmente, o partido é uma espécie de banco de capital político específico, e o secretário geral de um partido é uma espécie de banqueiro (talvez não seja por acaso que todos os nossos presidentes, passados e futuros, são antigos secretários gerais...) que controla o acesso ao capital político, burocratizado, burocrático, garantido e autenticado burocraticamente pela burocracia de um partido.

À medida que o campo político se burocratiza, o ingresso à instituição supõe direitos de acesso, e hoje esses direitos são com cada vez maior frequência outorgados pelos partidos (e pelas grandes escolas, notadamente a Escola Nacional de Administração, a ENA). Os mais tenazes conservadores de um partido são os que mais dependem dele. Em linguagem religiosa,

são o que se chamava de oblatos: eram filhos de famílias pobres, que os doavam à Igreja e que, tudo devendo à Igreja, lhe davam tudo, davam tudo à Igreja que tudo lhes havia dado. Não existe ninguém mais fiel que o oblato, pois se deixa a Igreja não tem mais nada. O partido comunista muito se apoiou sobre essa fórmula. São pessoas que oferecem todas as garantias, dado que têm toda a sua legitimidade, todo o seu poder, da investidura do partido. Não são mais nada se o partido lhes retira a investidura, daí os dramas da exclusão. A exclusão é uma excomunhão (as analogias religiosas funcionam muito bem).

Os interesses políticos específicos de que eu falava há pouco tornam-se cada vez mais ligados ao pertencimento a um partido e, ao mesmo tempo, à reprodução de um partido e à reprodução assegurada pelo partido. Uma grande parte das ações realizadas pelos políticos não têm outra função que a de reproduzir o aparelho e de reproduzir os políticos ao reproduzir o aparelho que lhes assegura a reprodução.

Aqui, novamente, a analogia com a Igreja é pertinente. Talvez eu vá causar um choque, mas isso para mim foi muito esclarecedor. Havia condutas da Igreja que me pareciam obscuras, em particular a obstinação com que ela, que tinha uma atitude frouxa sobre muitas coisas, se aferrava a tudo o que dizia respeito à educação e especialmente às subvenções do Estado ao ensino religioso. Graças ao modelo que lhes estou explicando, compreendi que, para preservar os católicos, os socialistas ou os comunistas, é preciso conservar as instituições que lhes dão razão de ser (e, em particular, seus espaços). Quando se busca medir o poder da Igreja – seria a mesma coisa em relação a um partido –, se busca de imediato do lado de suas riquezas. Talvez vocês tenham notado que, há alguns anos, a Igreja expõe todas as suas riquezas, sem dúvida porque não há mais grande coisa para mostrar e porque, em todo caso, suas verdadeiras (ou principais) riquezas são as posições por ela controladas. Para mensurar atualmente a influência da Igreja Católica, não é o caso de constatar quem vai e quem não vai à missa, como fez outrora o cônego Boulard (que, diga-se de passagem, era bem mais moderno que o Ministério da Educação Nacional, que nem sempre fez coisas equivalentes). Medir o domínio da Igreja pelo número de fiéis eventuais ou de praticantes é muito simplista. Uma medida muito mais sutil seria recensear as pessoas cujas ocupações e razão de ser desapareceriam se a Igreja desaparecesse, recensear tudo o que de uma maneira ou de outra pode ser qualificado de

cristão. Determinada piscina não é cristã, mas, na medida em que depende de um estabelecimento religioso subvencionado, pode assegurar um emprego a um cristão e vincular um cristão ao cristianismo... O mesmo ocorre com os partidos, e eu encerrarei com o seguinte: uma parte muito importante das condutas políticas é inspirada por uma preocupação com a reprodução do aparelho que garante a existência política de seus membros.

Ao começar, eu disse que o campo político podia ser descrito como um jogo no qual o que está em disputa é a imposição legítima dos princípios de visão e divisão do mundo social. Há os brancos e os negros, mas também os mestiços, que têm virtualmente a mesma importância; fazendo uma sociologia comparada sobre a maneira de tratar a oposição entre brancos e negros, vê-se de imediato que a situação não é a mesma no Brasil, nos Estados Unidos e na França. Um dos temas da luta política pode ser o deslocamento dessas fronteiras ou dicotomias. As lutas políticas envolvem disputas intelectuais, princípios de visão e de divisão. Como diziam os gregos, são as categorias, os princípios de classificação. O que se chama de lutas de classes são, na verdade, lutas de classificação. Mudar esses princípios de classificação não é simplesmente realizar uma ação intelectual, é também uma ação política na medida em que os princípios de classificação fazem classes, as quais são passíveis de mobilização. Durante as guerras de religião, podiam-se mobilizar exércitos com base em uma imposição de categorias. O que está em disputa no jogo político é o monopólio da capacidade de fazer ver e de fazer crer de uma maneira ou de outra. Assim se explica que a analogia religiosa seja tão poderosa. Trata-se de uma luta entre ortodoxia e heresia. Ortodoxia significa visão reta e de direita. O herético, ao contrário, é aquele que escolhe, por oposição ao que não escolhe, que acha que as coisas são como são, que o mundo está bem como está, que não há nada a dizer ou dizer de outra forma, e que é suficiente deixar continuar. Para o herético, “isso não pode durar”. As disputas do mundo político são sempre duplas; são combates por ideias, mas, como estas só são completamente políticas se se tornam ideias-força, são também combates por poderes.

Há uma espécie de ambiguidade inerente à política, donde o problema muito difícil para os intelectuais que é o entrar na política sem se tornarem políticos. Eles são imediatamente remetidos ao papel de irresponsáveis. Não me canso de repetir a fórmula de Espinosa: “não existe uma força intrínseca da ideia verdadeira”. Porque a divisão do trabalho lhes dá condições, os inte-

lectuais e os pesquisadores, sejam eles economistas, sociólogos, historiadores, têm um acesso um pouco superior à média a verdades sobre o mundo social. Eles, por vezes, desejariam entrar no mundo político, que é um jogo de ideias-força. Mas, como dar força às ideias sem entrar no campo e no jogo político? Penso que esta é uma maneira absolutamente séria de colocar o problema dos intelectuais. Não se trata de um problema abstrato. Penso ser importante que os pesquisadores possam ter algo a dizer sobre os problemas de visão e de divisão, sobre o mundo social que eles passam a vida a estudar para produzir um conhecimento. Talvez essa questão só interesse a umas poucas pessoas, mas ela me parece relativamente importante. Porém, isso não é tudo. A tentativa de dar um pouco de força política a ideias verdadeiras é particularmente difícil e arriscada em um jogo em que os poderosos tendem a imitar a verdade e a procurar dar às crenças e aos princípios de visão e de divisão que se esforçam por impor, em matéria de economia notadamente, a aparência de uma marca de verdade, de uma garantia científica. Eles não param de dizer “a ciência está conosco”, os prêmios Nobel estão conosco, como nas guerras de outrora se gritava “Deus está conosco”; e eles pedem ao povo que se oriente pelos mais competentes, pelos que possuem melhor conhecimento, que reivindicam o monopólio da manipulação dos bens de salvação política, o monopólio da definição do bom e do bem políticos, em nome do monopólio da competência e da verdade.

A esse golpe de força exercido em nome da ciência, mas com todos os meios fornecidos pelo poder econômico, temos o direito (e talvez o dever) de nos opor em nome da própria ciência. Mas, sem poder contar com outras armas a não ser as fornecidas pelo conhecimento do mundo social tal qual ele é. E talvez principalmente pelo conhecimento do jogo-duplo que é constitutivo do jogo político, no qual a força é simultaneamente a arma e o que está em jogo. E onde, não obstante, para se fortalecer, é preciso fazer ares de levar em conta e em consideração a verdade. É porque essa homenagem à virtude científica está inscrita na própria lógica do microcosmo político que a ciência – e em particular a ciência do jogo político – não é totalmente desprovida de força política, tendo ao menos uma força crítica, negativa.

Pergunta: *Gostaria de saber seu ponto de vista sobre dois fenômenos que se observam na vida política contemporânea; inicialmente sobre o que chamarei de descrédito lançado sobre o jogo político. Como você analisa o fenômeno da abstenção?*

Depois, uma das lições de sua exposição é a de dizer que a política pertence aos políticos. Ora, assiste-se atualmente a um fenômeno em que forças exteriores ao campo político – penso aqui notadamente nos indocumentados e nos sem-teto – investem no campo político para defender seus direitos sem recorrer a representantes que seriam os políticos. Gostaria, pois, de saber seu sentimento sobre esse fenômeno dos movimentos não políticos que defendem seus interesses.

P.B.: Sobre a primeira questão: evidentemente, minhas análises não têm o objetivo de lançar descrédito sobre a política. Elas relatam o que ocorre nas relações entre os eleitos e os eleitores. O fato de enunciar a lei dessas relações sob a forma de uma constatação pode ter efeitos opostos: pode ser um reforço para as pessoas que têm um sentimento de exclusão, pode encorajá-las a se sentirem legitimadas em sua exclusão, ou, ao contrário, favorecer a tomada de consciência dessa ruptura e de sua ilegitimidade, de seu caráter arbitrário, e com isso provocar algum tipo de mobilização para demolir essa fronteira, para intimar os responsáveis a serem responsáveis perante os irresponsáveis.

Isso conduz à segunda questão. Penso que aquilo a que se chama de movimento social incomoda mais que nada aos socialistas. Esse é um grande paradoxo que a teoria do campo político, que eu propus, permite compreender. Se o movimento social que eles deveriam exprimir, sobre o qual deveriam se apoiar para provocar a mudança que fingem desejar, se esse movimento social de fato os perturba e se eles mobilizam tanto talento para neutralizá-lo ao invés de exprimi-lo, é porque ele é efetivamente a expressão de uma força que não encontra nem exutório nem expressão na lógica ordinária do mundo político.

Já é um tanto milagroso que essa força tenha podido aceder à existência no mundo midiático-político, ser aí sentida e tornar-se objeto de discussões. Porque o próprio das vítimas da opressão econômica é não terem voz, em todos os sentidos do termo. Quis-se saber como votariam os desempregados. Um sociólogo profissional recusaria imediatamente jogar o jogo da pesquisa eleitoral (neste caso, a sondagem) com pessoas das quais se sabe pertinen-temente que, quase por definição, têm uma taxa de abstenção considerável. Seria sempre possível agarrar um desempregado e perguntar-lhe como votaria, se votasse. Ele poderia dizer que votaria assim ou assado, mas o fato essencial é que ele não votaria espontaneamente e, por conseguinte, o “voto”

que se lhe extorque através da sondagem é um puro artefato. Os movimentos sociais como o dos indocumentados seriam, a meu ver, muito importantes se, por intermédio de jornalistas ou de sindicatos de que participam, viessem a suscitar o interesse específico de pessoas que estão no campo político. Na situação atual, é muito difícil. Os irresponsáveis, que já mencionei diversas vezes esta noite, são pessoas que procuram dar força, no campo político, a movimentos que não podem, por sua própria força, chegar a ser aí reconhecidos. Talvez seja preciso inventar novas formas de manifestação, novas formas de mobilização política. Parte da eficácia desses movimentos sociais deveu-se ao fato de que eles receberam a assistência técnica de certo número de pessoas possuidoras de senso político e de capital político para conseguir lhes dar uma expressão visível, para fazer com que eles cedam à percepção. Citarei o belo livro de Patrick Champagne, chamado *Faire l'opinion*, em que ele descreve um dos modos de expressão política, a manifestação. Quando se quer dizer algo ao campo político, pode-se colocar bombas como faziam os anarquistas do século passado, pode-se fazer greves ou manifestações. Mas é preciso força política para produzir manifestações políticas visíveis. Se eu disser “Amanhã, todos à Bastilha!” (supondo que eu tenha suficiente força política para que isso seja anunciado nos jornais), aparecerão quinhentas pessoas; se for dito pelo secretário geral da CGT, aparecerão cem mil pessoas.

Surgiram manifestações de um novo tipo: manifestações com forte investimento de capital cultural, cujo símbolo, para mim, é o conjunto de manifestações dos estudantes americanos contra a guerra do Vietnã. Em virtude de seu capital cultural, que lhes é dado por uma experiência do *happening* artístico, esses estudantes souberam encontrar manifestações que não demandavam a mobilização de três milhões de pessoas e que, no entanto, podiam ter um efeito similar por atraírem o interesse dos jornalistas. Hoje, um dos problemas desses movimentos simultaneamente minoritários e sempre muito poderosos, exprimindo muitas pessoas, é o de poder aceder à existência política reconhecida no campo político. Uma das vias é dar-lhes expressão no sentido de que nos fala Champagne. Há, por exemplo, manifestações de estudantes de medicina que foram organizadas por especialistas em relações públicas. O pouco de eficácia que tiveram os movimentos sociais recentes, dos indocumentados, do *Droits Devant* [organização de defesa dos trabalhadores imigrantes sem documentação] etc., provém do fato de que certo número de pessoas não profissionais da política, mas politicamente

competentes, conhecedoras do meio jornalístico-político, sugeriram ações que se tornaram atos simbólicos suscetíveis de atrair atenção (ocupar a ENA) e de se tornarem acontecimentos políticos.

Aproveito para dizer que é difícil pensar a política porque ao mesmo tempo a conhecemos e não a conhecemos. Ouve-se falar sobre ela todos os dias nos informativos, somos banhados em uma espécie de familiaridade com a política, o que é o principal obstáculo ao conhecimento do mundo político. É aí que as analogias a que recorri podem ser muito úteis, na medida em que permitem romper com essa familiaridade perturbadora da visão, que faz com que se compreenda tudo sem nada compreender.

Pergunta: *O senhor falou de campo político, mas creio que as questões precedentes se fundam em uma ambiguidade em sua delimitação do campo político, o que faz com que se tenha a impressão de que se trata de um campo muito amplo; se esse for o caso, as referências que o senhor faz por comparação ao campo religioso decorrem simplesmente do fato de que, mesmo na religião, se fala frequentemente de política. A dificuldade em circunscrever vem justamente do fato de que esses movimentos sociais de que se fala fazem eco no campo político. Mas qual é a resposta que o campo político dá a esses movimentos? Não podemos fazer de conta que o campo político ignora completamente esses movimentos. Ele os leva em conta, mas a maneira de tratá-los não corresponde às expectativas manifestas.*

P.B.: Penso que há certa ambiguidade ligada a esse problema dos limites. Apenas toquei muito superficialmente nessa questão ao dizer que me parecem fazer parte do universo político certos agentes sociais que se costuma excluir de sua definição; porque eles produzem efeitos de primordial importância nesse universo, efeitos de investidura, de introdução no campo (é esse o caso, por exemplo, dos responsáveis pelos grandes programas políticos na televisão). Isso dá sem dúvida certa imprecisão à definição do campo, mas essa falta de nitidez faz parte da realidade. Uma das questões em jogo na política atual é precisamente a luta sobre as fronteiras do campo político. Há uma luta por ampliar a definição, que é em seguida condenada como populista. Esse insulto é muito carregado de sentido. É um eufemismo para dizer racista. Ora, essas lutas inspiram-se em uma revolta contra o fechamento do campo político, contra sua definição estrita, e militam por uma ampliação do campo político. Um dos problemas é o de saber como transformar a divisão do trabalho político de maneira tal que o acesso ao

sistema político seja ampliado, que mais pessoas possam exercer efeitos nesse campo. Essa relativa imprecisão em minha análise corresponde ao fato de que as fronteiras do campo político constituem elas mesmas algo que está em disputa nessas lutas. Para além das oposições políticas, há no campo político inúmeros fenômenos que resultam de uma solidariedade voltada para a defesa dessas fronteiras.

O acesso ao espaço público é controlado quase completamente pelos jornalistas. Um dos grandes problemas atuais é o acesso dos artistas, pesquisadores, cientistas, escritores... ao espaço público, fora das vias controladas pelos partidos e os jornalistas. Daí a pequena coleção que fundamos, e que partiu de uma reflexão desse tipo. Bizarramente, o fechamento do campo político é tal que é extremamente difícil fazer passar ideias como, por exemplo, a defesa das sociedades mútuas, causa para mim muito importante. O que você pode fazer? Pode organizar grupos de trabalho (pega um jurista, um economista...), o essencial permanece: a questão de encontrar um lugar de publicação... Mas, com isso, você não terá dado força política a sua ideia e a sua visão das coisas.

Pergunta: *Correndo um sério risco de passar por conservador, eu gostaria de lhe perguntar algo sobre aqueles que são classificados como irresponsáveis pelos atores políticos: não seria o caso, algumas vezes, de fazer uma distinção entre os irresponsáveis que trazem ideias novas e interessantes, e a maioria dos irresponsáveis que falam de coisas que não conhecem, que não veem as consequências daquilo que propõem, e que podemos classificar na categoria dos utopistas, mas que muito frequentemente são populares com a massa que não entende nada disso?*

P.B.: Infelizmente, você tem parcialmente razão, mas aqueles que você tem em vista não são, propriamente falando, irresponsáveis, são antes demagogos. São pessoas que, lamentavelmente, estão no poder e que dispõem de instrumentos para uma demagogia racional.

Hoje, os demagogos populistas estão muito desarmados em relação aos demagogos estatais, que dispõem das sondagens, esses instrumentos de medida e de conhecimento muito fracos, mas suficientes para captar os movimentos superficiais e orientar uma demagogia racional. Quando o sr. Allègre [então ministro da Educação Nacional, da Pesquisa e da Tecnologia] toma posição, por exemplo, sobre as férias dos professores, é realmente fácil, é verdadeiramente demagogia. Não que eu queira defender os professores,

é só ler o que já escrevi. Tampouco tenho muitas ilusões, mas quero dizer que certo discurso sobre um corpo social em estado de crise (não apenas porque é preciso ensinar na periferia suburbana), em estado de semianomia, seja ele inspirado em sondagens ou em um instinto populista, tem algo de escandaloso, tão escandaloso quanto as declarações populistas de Le Pen. Se você disser que os professores têm férias demais, você terá 80% de aprovação nas sondagens. Um dos papéis dos políticos poderia ser o de servir-se do conhecimento das tendências, do provável, para torná-lo difícil em lugar de acompanhar esse provável. Essa seria uma longa discussão sobre o que entendo por política.

Pergunta: *Se entendi bem, a mudança social passa por nossa intervenção no campo político. O senhor sinalizou diversas vias, notadamente uma integração pelos sindicatos, e desacreditou bastante os jornalistas. Não pensa o senhor que a função dos jornalistas é justamente a de poder dar um acesso ao espaço político àqueles que o senhor chama de profanos? Se essa não é a função deles, que outras vias o senhor propõe? A mudança social só pode passar pela política, de maneira exclusiva?*

P.B.: Seria preciso, inicialmente, refletir sobre a representação que o campo jornalístico tem e dá de si próprio. Há uma ideologia profissional do jornalismo segundo a qual os jornalistas proporcionam verdade, informação, crítica, subversão. Ora, essa autoimagem é contraditada pela análise e a observação; não é uma imagem fundada. Não penso que os jornalistas sejam os mais bem situados para dar acesso ao espaço político. Pelo contrário, eles contribuem bastante fortemente para a manutenção da fronteira, da censura que tende a excluir as maneiras não conformes à ortodoxia, à *doxa* do campo político.

É um fato social muito importante que atualmente só se possa aceder ao espaço público através da mediação do jornalismo. É preciso escrever para os jornais, aparecer na televisão, participar de debates, escrever livros. Há uma extraordinária concentração de poder nos meios de difusão. Nós só temos dois diários que contam. Tudo o que se pode fazer é procurar fazê-los competir entre si. Há um fechamento absolutamente extraordinário do universo político. Evidentemente, isso é inteiramente diferente da imagem que os jornalistas têm de si próprios. A ação liberadora do jornalismo, que você evoca, poder-se-ia esperá-la não do jornalismo, mas talvez das lutas internas ao campo jornalístico, entre os jornais, mas também, no seio de cada

jornal, entre os jovens e os velhos, os homens e as mulheres; mas ocorre que, em um período de penúria, a pior das censuras é a censura pela precariedade (há um belo artigo de Patrick Champagne sobre essa questão, baseado em entrevistas e observações). Mesmo que tenha bastante coragem e suficiente energia para tentar dizer coisas capazes de perturbar a ordem estabelecida, você é levado a fazê-lo quando está sobre um banquinho de armar ou sobre um assento ejetável. Não creio, portanto, que se possa atualmente esperar grandes mudanças por parte do jornalismo.

Pergunta: *O senhor não acha que o Le Monde Diplomatique abre uma via?*

P. B.: Graças a Deus, o mundo jornalístico não está completamente fechado, existe o *Le Monde Diplomatique*. Não é por acaso que eu vejo uma confirmação do que digo sobre o fechamento, no sucesso desse jornal, sucesso extraordinário a ponto de inquietar o *Le Monde*, que trabalha muito para enquadrar o *Le Monde Diplomatique*, o qual, embora tenha uma autonomia financeira, permanece no grupo *Monde*. Não é preciso ser um grande profeta para saber que, em três ou quatro anos, os *inrockuptibles* serão uma dependência do *Monde*. Mas tenho esperança de que o *Le Monde Diplomatique* conservará sua autonomia.

Pergunta: *A propósito do final de sua intervenção sobre as ideias verdadeiras, cada vez que a verdade tentou dominar a política, isso teve as piores consequências. A questão da relação entre os pesquisadores, os intelectuais, sua verdade e o mundo político, é uma questão que me parece bastante complexa. Cada pesquisador afirma verdades em sua disciplina e em seu domínio de validade. A sociologia e a análise que o senhor desenvolveu, de um ponto de vista sociológico, sobre o campo político me parecem extraordinariamente pertinentes para compreender toda uma série de mecanismos e para armar certo número de intervenções. Mas, a partir do momento em que se fala de intervenção política, está-se diante de outra dimensão, de outra disciplina, de outras perspectivas. Eu sou biólogo e cada vez que a biologia tentou fazer intervenções políticas, isso foi uma catástrofe que, como o senhor, eu não paro de denunciar.*

A questão é a de saber como evitar o cientificismo, como definir os limites de validade da intervenção do sociólogo. Para além da ciência, não há outros sistemas de valores, outros sistemas de referência que é preciso obrigatoriamente invocar quando se fala de campo político?

Pergunta: *Se o senhor me permite, como estamos chegando ao fim, eu gostaria também de colocar uma questão, a questão da representatividade,*

que o senhor desenvolveu pouco em sua exposição, para mostrar que a gênese do campo político apoia-se finalmente sobre mitos políticos e notadamente sobre a representação. Se fizermos uma história dos que estão em condições de poder votar, veremos que o mito da universalidade dos votantes é bastante recente, 1948 para o sufrágio universal masculino, 1954 para o direito de voto das mulheres; para os colonizados é ainda mais tarde, e penso no caso argelino, para o qual foi preciso esperar 1958. Poder-se-ia inclusive prolongá-lo até 1974, pois a idade legal para votar é a dos 18 anos. Como não ver uma evolução à americana, que é um mundo político cada vez menos representativo e que se manifesta por uma taxa de abstenção cada vez mais importante? Nos Estados Unidos, vê-se claramente que essa situação não retira de modo algum, aos que são eleitos, a força de se apresentarem como representantes do conjunto da nação americana.

Terminarei referindo-me a outro aspecto, a saber, a autonomia política do campo. Os agentes portadores desse campo não são eles próprios dependentes de outro campo, o campo da economia?

P.B.: Procurarei ser muito breve. Agradeço a todos os que apresentaram questões. Não quero fazer cumprimentos demagógicos, mas sou muito sensível à alta qualidade dessas questões. Em todo caso, isso me tranquiliza um pouco quanto à eficácia de minha exposição, mostrando-me que fui muito bem compreendido.

No que diz respeito ao problema das ideias verdadeiras, que é capital, eu também estou convencido de que é preciso estar em guarda contra o cientificismo na política. Dito isso, não posso admitir que, em nome dos abusos de poder exercidos no passado em nome de uma pseudociência, os ensaístas, os mistificadores, desqualifiquem toda intervenção autorizada pela ciência. Tanto mais que as intervenções científicas em sua maioria são negativas, isto é, críticas. Quando desejo que cientistas, artistas e pesquisadores tomem pé no campo político, não é para que tomem o poder; eles não têm nem o tempo nem vontade para isso (caso contrário, teriam cursado a ENA). Mas seria importante que intervissem como uma instância crítica, uma espécie de parlamento crítico, como eram os filósofos do século XVIII. Sou também muito sensível à ideia de que os saberes são parciais, e o são cada vez mais, e eu não quereria ver os biólogos no poder... e menos ainda os sociólogos.

Eu sempre preguei a ideia de que seria necessário um intelectual coletivo. Falei frequentemente a respeito do grande intelectual irresponsável e ao mesmo tempo magnífico que foi Sartre. Hoje, seria preciso criar uma internacional de intelectuais específicos que trabalhariam coletivamente em uma instância crítica. É muito difícil. Eu me esforço muito nesse sentido: para procurar criar um fórum transnacional, fiz funcionar durante quase dez anos uma publicação chamada *Liber* – que aparecia em sete ou oito línguas – e fui obrigado a encerrar essa publicação porque éramos dois a fazê-la. Poder-se-ia trabalhar coletivamente sob o controle de pesquisadores pertencentes a outras disciplinas, em uma discussão interdisciplinar orientada para a ação.

Não responderei sobre o universal, nem sobre a dependência do campo político com relação à economia, porque isso seria demasiado longo. Paro aqui.

Pergunta: *Eu teria uma última questão, sobre a escrita do sociólogo, que talvez permitisse concluir. O senhor apresentou o campo político como um lugar onde haveria uma forte socialização do ator, uma socialização do comportamento político que tenderia a se opor a certa política espontânea. Eu gostaria de saber se, colocando a socialização em evidência, o senhor não estaria preparando o terreno para a classe política e, como tão bem disse em sua obra sobre a televisão, não estaria escondendo ao mostrar. Minha questão é, portanto, a seguinte: o senhor não tem consciência de que sua démarche, ao banalizar, ao facilitar, ao normalizar a socialização política, torna-se mais contraprodutiva?*

P.B.: Responderei muito sinceramente, e por um exemplo. Os principais utilizadores práticos da sociologia da educação, que mostrava o papel da transmissão do capital cultural nas famílias, foram as famílias burguesas, cultas, que de alguma forma foram inclinadas pelas constatações da sociologia a racionalizar a transmissão do patrimônio. Seria preciso argumentar, mas o perigo que correm todas as análises que desvendam processos suscetíveis de ser considerados nefastos é sem dúvida o de dar aos que vivem esses processos nefastos os meios para melhorá-los. Por exemplo, quando você faz uma sociologia dos intelectuais que põe em evidência mecanismos, modelos de funcionamento, formas de estratégia, você se expõe evidentemente a receber choques em contrapartida, mas você também fornece armas. Penso que atualmente os intelectuais midiáticos me leram muito bem e se elevaram a um grau superior de sofisticação na política de investimento midiático, por meio da qual buscam fazer-se vistos e valorizar-se.

Resumo

Nesta conferência, Pierre Bourdieu retorna ao conceito de “campo” – um microcosmo social obedecendo às próprias leis – para analisar a política. A igualdade formal que é própria do ordenamento liberal se opõe uma desigualdade de acesso real ao campo. Há uma minoria que participa do campo e uma massa de “profanos” que não encontra legitimidade social para a ação política e tende a interiorizar e naturalizar sua própria impotência. No entanto, o campo político nunca pode se autonomizar por inteiro, uma vez que, em suas lutas internas, remete permanentemente às clientelas que lhe são externas e que, em certo sentido, são capazes de ter a palavra final nestas disputas.

Palavras-chave: campo político; desigualdade; dominação.

Abstract

In this lecture, Pierre Bourdieu returns to the concept of “field” – a social microcosm with its own rules – in order to analyze politics. The formal equality characteristic of the liberal order finds its counterpart in the real inequality of access to the political field. There is a minority that participates in the field and a mass of “laymen” who can’t find social legitimacy for acting politically and tend to internalize and naturalize their own impotence. The political field, however, can never become entirely autonomous. In its internal struggles, it is permanently referred to clienteles which are external to it and that, in a certain sense, are able to have the final word in those disputes.

Key words: political field; inequality; domination.